

*Aprendemos muito nos últimos quatro ou cinco séculos. Aprendemos a dominar a natureza, com a ciência moderna; aprendemos a dominar o poder, com o estado liberal; aprendemos a dominar as palavras, com as Luzes e a sua propagação.*

*Ultimamente, porém, temos vindo a reconhecer que para aprender tudo isto tivemos que desaprender ou deixar de aprender muito do que hoje nos faz falta saber. É este muito que hoje a pouco e pouco procuramos aprender. E para isso é provável ou mesmo forçoso que o que hoje sabemos seja em parte desaprendido. É uma fatalidade infeliz, esta de não podermos aprender e desaprender simultaneamente, num mesmo processo consciente. Que nos conste só um homem escapou a tal fatalidade, Rousseau. Aliás, a nossa conjuntura intelectual é sui generis: ainda não esquecemos totalmente o que aprendemos — até porque todos os dias no-lo procuram reen-sinar — mas só acreditamos no que ainda não sabemos e julgamos estar em vias de saber. Somos uma combinação de hegel e nietzsche, com letras pequenas para não tapar as vistas de quem quiser ver mais gente entre nós.*

*Em geral, temos vindo a tentar desaprender que a dominação de que tanto nos orgulhamos não cria apenas objectos de dominação, sejam eles coisas ou pessoas, sobre os quais sujeitos incondicionais e incondicionados poisam os seus desejos. Em compensação, temos vindo a aprender que a dominação é uma relação e por isso sempre recíproca, ainda que desigual na sua reciprocidade.*

*Assim e em especial estamos a tentar aprender que a natureza, se não é pessoa, tem costela de pessoa. Só assim se compreende que a dominação da natureza se possa transformar em catástrofe ecológica e em perda da qualidade da nossa vida. Doutro modo, como é que a destruição de um objecto poderia significar outra coisa senão a glorificação do*

seu sujeito? Começamos a compreender, com a ajuda de Hegel e Nietzsche, e também Rousseau, que a natureza tem uma história humana que, por sinal, coincide com a nossa.

Por outro lado, estamos a tentar desaprender que o Estado liberal é um dragão vencido, animal doméstico enrolado a nossos pés, espelho fiel dos nossos desejos colectivos. Vamos aprendendo, nem sempre segundo as melhores técnicas pedagógicas, que o Estado contemporâneo é uma avis rara, misto de pomba e falcão, de violência e concórdia, de terror e justiça. Vamos aprendendo que o Estado se arroga direitos que a nossa razão desconhece e que a democracia representativa representa, de facto, um pouco de tudo mas também o muito de poucos. E porque a experiência em si nada ensina (Camões não o negaria em prosa) continuamos a ter de aprender tudo isto, com Marx e Max Weber, e também Rousseau.

Finalmente, estamos a tentar desaprender que as palavras se conjugam no verbo ter e que podemos dispor delas para quebrar o nosso silêncio, nunca o delas, ou para reproduzir a nossa imagem, nunca a delas. Vamos aprendendo que as palavras, sozinhas ou em grupo, têm seus próprios cuidados e interesses, suas aspirações e artimanhas e que até são capazes de ter poder e estado à nossa moda. Vamos aceitando que temos de pagar uma renda fundiária pelo chão das palavras que usamos e até reconhecendo que nem doutro modo poderia ser na sociedade em que vivemos. Aprendemos isto com Freud e Lévi-Strauss e também Rousseau.

Os artigos incluídos neste número da Revista Crítica são filhos e cadilhos desta des-conjuntura intelectual. Fernando Belo incita os cientistas sociais a reverem as suas relações com as palavras. Adverte-nos contra o consumismo primitivo (isto é, pré-semiótico) com que temos tratado (mal) as palavras e a sua família extensa (os discursos e as formações discursivas), uma atitude por vezes ingénua e sempre imperialista que, afinal, nos empobrece. E empobrece-nos porque nos impede de reconhecer a personalidade do texto e a apresentação de si nas múltiplas faces com que se nos manifesta e esconde. Impede-nos também de reconhecer o sistema de práticas sociais que suportam o texto e que ele, subversiva ou reprodutivamente, testemunha e constitui. Os textos fazem-se e lêem-se (lêem-se fazendo-se e fazem-se lendo-se) e em ambos os casos nunca inocentemente. O cientista social não pode separar a análise sociológica da sociedade da análise semiótica das linguagens da sociedade como quem separa as águas do Mar Vermelho.

*Os artigos de Boaventura de Sousa Santos e de Fernando Ruiivo e Maria Manuel Leitão Marques ocupam-se do Estado e, mais especificamente, de um dos seus braços (senão o braço por excelência, conforme se diz), o direito. Implícita em ambos os textos está uma crítica da teoria jurídico-política liberal segundo a qual o Estado é só de direito e o direito é só do Estado. De facto, tanto o Estado como o direito lhes parecem realidades mais complexas, relacionadas entre si de modos também mais complexos. A ambiguidade do Estado contemporâneo reside em que a sua legitimidade assenta simultânea e contraditoriamente no reconhecimento e na expropriação do poder soberano dos cidadãos. Através do Estado, a prática (material e simbólica) de soberania, a nível societário ou comunitário, é processada pelos discursos sábios (dos textos reprodutivos de Fernando Belo) onde é formalizada, profissionalizada e teorizada para depois ser devolvida aos cidadãos como mercadoria televisionada. Em Rio de Onor, ao tempo de Jorge Dias, essa prática comunitária ainda se traduzia numa soberania concreta, criadora de um direito não estatal vivendo nas margens do Estado central e do seu direito. Os dados de J. Dias oferecem-se a uma análise secundária onde é possível ver essa pluralidade articulada de direitos que as práticas sociais vão sempre reconstruindo à revelia das teorias oficiais que as descrevem e silenciam.*

*Mas a participação dos cidadãos no poder do Estado não é um logro absoluto, é uma meia-verdade, melhor ou pior medida. É por isso que em períodos, como os que vivemos, em que escasseia o petróleo nas candeias do estado assistencial a cuja mesa as classes trabalhadoras se sentaram, a princípio, desajeitadamente e, depois, confortavelmente, o Estado é obrigado a reconverter a sua economia de legitimação e para isso recorre à ideia do poder comunitário. Não se trata, porém, de recriar rios de onor nos aldeamentos turísticos do Algarve global em que vamos vivendo, mas sim de recuperar a força mítica e utópica de algo que não existe e que, quiçá, nunca existiu, pondo-a ao serviço de um processo de expansão simbólica do Estado num tempo em que a expansão material, devido à crise financeira, não é possível.*

*Os cientistas sociais que nasceram contra a natureza e do lado do Estado e das palavras (quando não das palavras do Estado) têm de rever os seus lugares e as suas alianças, sobretudo nós, os cientistas sociais portugueses, que nascemos tarde e a boas horas.*